

RELATÓRIO SEMANAL

ABRACEEL

Semana I | 03 a 07 de junho de 2019.

ABRACEEL DISCUTE SEGURANÇA DO MERCADO COM CONSELHO DA CCEE

Na tarde do dia **06.06**, o Conselho de Administração da CCEE recebeu a Diretoria Executiva e o Conselho da Abraceel para tratar dos muitos assuntos de interesse das nossas associadas que hoje estão sendo conduzidos ou têm participação da CCEE. Pela CCEE compareceram Rui Altieri, Ary Pinto e Solange David. Os conselheiros Ricardo Lisboa, Alessandro Cunha, Luiz Henrique Macedo e Rafael Mathias e os diretores Reginaldo Meireiros e Frederico Rodrigues representaram a Abraceel.

No início da reunião, a Abraceel pediu o posicionamento da CCEE sobre alguns temas, conforme segue.

Preço horário

A CCEE concorda que ainda há problemas, que estão sendo trabalhados, e que a Cpamp se reunirá para avaliar o andamento dos trabalhos. Mantém o otimismo para a entrada em 2020.

Limites do PLD

Sobre a alteração proposta pela Aneel, a CCEE assegurou que vai se posicionar, mas como a avaliação interna ainda está sendo feita, não adiantou nenhuma informação adicional, tampouco apresentou a sua posição.

Leilões de lastro

Sobre a possibilidade da realização de leilões de lastro, Solange David relatou os trabalhos do GT Modernização do MME, que está atuando conforme a pauta definida recentemente

pelo Ministério. Segunda essa, o leilão de lastro estará na segunda onda de prioridades. Na primeira onda, a discussão inicial é sobre o comprador único.

A Abraceel manifestou sua apreensão quanto ao desenrolar dos trabalhos, e principalmente porque a agenda definida deixou por último os assuntos que mais dizem respeito ao consumidor final.

MVE

Perguntada sobre o processamento eletrônico do Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE), a CCEE informou que a próxima rodada já será assim, e que havia emitido um comunicado ao mercado sobre o tema no dia **05.06**.

Monitoramento

A CCEE afirmou que os agentes que são monitorados pela CCEE sabem do fato e também dos motivos. A Abraceel pediu mais transparência ao processo e sugeriu que a CCEE divulgasse, como forma educativa ao mercado, quais os critérios e procedimentos que utiliza para monitorar os agentes. A Câmara prometeu estudar o assunto.

Segurança do mercado

O último tema da pauta tratou das propostas da CCEE para aprimorar a segurança do mercado e que foram divulgadas ao mercado em **22.05**. Elas envolvem a apuração de chamada de margem semanal, indicadores de monitoramento do mercado e critérios de partici-

pação no mercado. Na reunião a CCEE informou que as propostas seriam enviadas hoje, **07.06**, à ANEEL, o que de fato ocorreu.

Na sequência a Abraceel apresentou a visão preliminar das comercializadoras, resultado da consulta feita entre as associadas, que contém as observações preliminares feitas sobre a proposta CCEE. A avaliação dos associados é negativa, conforme claramente expresso no nosso documento, disponível na área restrita. A CCEE destacou que considera que as propostas eram propositalmente provocativas, mas necessárias, e que estão totalmente abertos a receber proposições que estejam alinhadas com o aperfeiçoamento da segurança do mercado. Entendem que o escopo não está fechado, mas foram claros ao afirmar que a mera negação do que foi proposto, não impedirá que o mecanismo sugerido seja implementado.

O entendimento é que a reunião foi muito proveitosa, com um extenso debate sobre o tema e ampla participação de todos. A percepção é que há abertura para proposições alternativas, possibilidade de modificação da proposta original e mesmo um período de adequação de contratos e procedimentos. A Abraceel discutirá com mais profundidade o tema no âmbito do seu grupo técnico, que tem reunião presencial marcada para o dia **26.06** em Goiânia.

A apresentação realizada pela Abraceel e a nota técnica da CCEE com o detalhamento da proposta de segurança do mercado estão disponíveis na área restrita, seção documentos.

ONS APONTA AVANÇOS NO PREÇO HORÁRIO E NO DESPACHO POR OFERTA DE PREÇOS

Melhorias no modelo de previsão de cargas do Dessem e possibilidade de operação sombra do despacho por oferta de preços marcaram a reunião do ONS no dia **04.06**, que contou com a participação da Abraceel, demais associações do Fase e diretoria do ONS.

Preço horário

O Diretor-Geral do ONS, Luiz Barata, iniciou o encontro comentando sobre o Workshop realizado no MME que discutiu o preço horário em 2020. Afirmou que a Cpamp se reuniu e prorrogou o prazo para receber contribuições sobre a Audiência Pública e que os ajustes no Dessem, com alterações nos procedimentos de rede e acesso às informações, estão sendo providos nos prazos estipulados.

Questionado pela Abraceel, disse que o modelo de previsão de cargas do Cepel (Prev-CargaDessem) melhorou muito e que, no momento, estão avaliando a possibilidade de utilizar esse modelo para formação de preços. Nesse caso, o ONS continuaria utilizando o seu próprio modelo (ANNSTLF) para operação. Entretanto, não há decisão sobre o assunto.

Barata afirmou que, com base nas informações do ONS e CCEE, a Cpamp decidirá sobre preocupações dos agentes expressos no workshop. Ao final, reafirmou o que disse no evento no MME: tanto o ONS como a CCEE estarão com todos os estudos e modelos pron-

tos para a implementação do preço horário em 2020, pois a utilização do Dessem traz ganhos em relação ao que temos hoje.

Oferta de preços

Barata também informou que o subgrupo “Preços”, do GT que estuda a modernização do setor elétrico sob a coordenação do MME, está debatendo o despacho por oferta de preços e a viabilidade de, dentro de prazos adequados, fazer simulação em paralelo (operação sombra) com o atual despacho formado por modelo computacional.

Situação dos reservatórios

As condições de atendimento ao sistema elétrico em 2019 serão as melhores dos últimos anos, em função da hidrologia favorável e da frustração do consumo devido à queda da atividade econômica. As simulações do ONS indicam para o final do período seco um armazenamento do reservatório equivalente entre 27% (pior cenário) e 45% (melhor estimativa). Por outro lado, as condições de atendimento da ponta de carga não são tão favoráveis, mas o Operador não acredita que o problema que ocorreu em janeiro de 2019 se repetirá (várias circunstâncias adversas e aumento exponencial do consumo em função de recorde sequencial de temperaturas elevadas) – cenário relatado como “tempestade perfeita”.

Simplificação da cobrança dos encargos de transmissão

O Diretor Álvaro Silveira relatou que a proposta foi apresentada à Aneel, que ainda não colocou o tema com prioritário, mas está conversando com as associações que congregam os maiores interessados buscando avançar com a pauta. Relatou que, após o workshop realizado pelo ONS sobre o assunto, as resistências à proposta são marginais. Completou que no subgrupo de “Transmissão” do GT modernização/MME a padronização das notas fiscais das transmissoras está sendo tratada. O tema está em discussão no Confaz, que aparentemente é contra a proposta. Disse que o GDF será porta voz do setor elétrico no Conselho.

Restrição de transmissão nos modelos de formação de preços discutidos no último PMO

O Diretor Francisco Arteiro fez uma breve apresentação do assunto, afirmando que o tema foi debatido de forma precipitada nos últimos PMO, sugerindo aos presentes que entendessem o assunto apenas como um debate. Assegurou que as restrições não estão inseridas nos modelos de despacho e formação de preços. Todavia, o tema será levado à próxima reunião do CMSE, comprometendo-se a enviar ao Fase a apresentação após discussão no Comitê.

Leilão de energia condicionado à capacidade de escoamento de geração

O ONS fez uma apresentação da metodologia e dos resultados obtidos com o modelo. A apresentação está disponível na área restrita.

GT Metodologias

Luiz Barata informou os temas elencados pela Abraceel estão sendo tratados pelo GT, sendo eles:

- (i) variabilidade amostral;
- (ii) volume mínimo operativo e calibragem dos parâmetros do CVaR;
- (iii) volatilidade CMO/PLD (correlação espacial mensal de ENAs em vez de anual); e
- (iv) representação hidrológica (geração de cenários – pesos maiores para observações mais recentes do histórico).

Ao final, Barata esclareceu que as equipes chegaram à etapa de emissão de seus relatórios finais e que a Cpamp, de posse desses relatórios, deverá lançar uma consulta pública.

RICARDO MOTOYAMA DA CPFL ASSUME CONSELHO DA ABRACEEL

Ricardo Motoyama, da CPFL Soluções, assumiu o Conselho da Abraceel no dia **03.06**, com a saída de Alessandra Amaral. Conforme determina o Estatuto Social da Abraceel, perderá automaticamente o cargo de conselheiro o representante eleito que, por qualquer razão, deixar de ser representante oficial da associada pela qual se inscreveu no processo eleitoral. Nesse sentido, uma vez que Alessandra Amaral passou a ser diretora de Energia da Light e representante oficial da Light Com, tendo sido eleita pela Energisa, a vaga foi transferida para Ricardo Motoyama, primeiro suplente conforme o resultado da eleição.

Motoyama é Administrador de Empresas formado pela EAESP/FGV, com passagem como aluno estrangeiro na Tulane University – EUA, especialização em Economia Financeira pela Unicamp e MBA Executivo pelo Insper. Atuou na FMC Agricultural Products, na área de Tesouraria, de 2003 a 2007 e na Elektro, de 2007 a 2012, em cargos gerenciais nas áreas de tesouraria, desenvolvimento de negócios, planejamento estratégico e controladoria. Em 2012 ingressou no Grupo CPFL atuando como Diretor de Desenvolvimento de Negócios e desde 2017 atua na comercializadora do Grupo CPFL, aonde atualmente é Diretor Presidente de Comercialização da CPFL Soluções.



Replicamos mensagem enviada pela Alessandra informando sobre a mudança:

“Prezados amigos e colegas da diretoria e do conselho da ABRACEEL

Conforme já conversado individualmente com o Reginaldo e o Ricardo Lisboa, na semana passada, em 30/05/2019, encaminhei à Energisa a minha carta de renúncia como Diretora-Presidente estatutária da Energisa Comercializadora de Energia Ltda.

Desta forma, de acordo com o Estatuto da ABRACEEL, cumpre-me o dever de pedir renúncia do Conselho da ABRACEEL.

Quero parabenizá-los pelo trabalho que vem sendo desenvolvido, com muita energia, seriedade e competência e desejar-lhes muito boa sorte face aos grandes desafios que estão colocados ao setor elétrico, em especial ao segmento de comercialização.

Ademais, me mantenho na área de comercialização de energia elétrica e me coloco à disposição do Conselho para contribuir no que puder ajudar.

Por ora, envio os meus contatos pessoais e em breve encaminharei os dados profissionais:

E-mail: alessa.amaral@gmail.com

Telefone: 21-98868-8349

Peço a gentileza de comunicarem aos associados da ABRACEEL a minha renúncia, desejando a todos muito sucesso no alcance das metas estabelecidas para a associação.

Um grande abraço a todos e a certeza de que estaremos sempre juntos.

Alessandra Genu Dutra Amaral”

Ao passo que damos boa sorte para Alessandra em seus novos desafios profissionais, damos as boas-vindas ao nosso novo conselheiro!

Menel é reeleito presidente do FASE

O Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase) se reuniu no dia 03.06, na sede do ONS, no Rio de Janeiro, ocasião em que Mário Menel foi reeleito para a presidência do Fórum e Paulo Pedrosa (Abrace) e Carlos Farias (Anace), para as vice-presidências. Na abertura, Menel agradeceu as presenças e apresentou o novo presidente da ABRADÉE, Marcos Aurélio Madureira, dando-lhe boas-vindas ao Fase. Foram discutidos os seguintes temas na reunião: (i) GT Tributário, do qual passam a fazer parte Alexandre Lopes e Bernardo Sicsú; (ii) evento do FMASE, a ser realizado no dia 26.06 em Brasília com a presença dos Ministros de Meio Ambiente e Minas e Energia; (iii) formação de um GT com a Associação Nacional dos Municípios Sedes de Usinas Hidrelétricas – AMUSUH, a ser coordenado pela Secretaria de Governo e (iv) realização de encontro com a Secretaria do Programa de Parceria e Investimentos – PPI do Governo Federal. A próxima reunião será realizada em Brasília e estão pré agendados os seguintes assuntos: (1) Financiabilidade da expansão do sistema elétrico – Guilherme Velho/Apine; (2) Proposta de modificações na governança do Fase – Reginaldo Medeiros/Abraceel; e (3) Participação do Roberto Castro, ex-CCEE, com vistas a agradecer o apoio que teve do Fase.

GOVERNO ENCAMINHA AO CONGRESSO PLANO PARA PROMOVER O MERCADO LIVRE DE GÁS

Na terça-feira, **04.06**, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar (PLP 149/2019) que estabelece o Plano Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF), também conhecido como Plano Mansueto, em referência ao secretário do Tesouro Nacional. O objetivo é ajudar na recuperação fiscal dos Estados com a concessão de empréstimos com garantia da União em valores que podem chegar a até R\$ 40 bilhões em quatro anos.

Para acessar o PEF, os Estados terão que implementar três de oito medidas possíveis, sendo que duas dizem respeito ao setor de energia:

I - autorização para privatização de empresas dos setores financeiro, de energia, de saneamento ou de gás, com vistas à utilização dos recursos para quitação de passivos; e

VII - adoção de reformas e de medidas estruturantes na prestação do serviço de gás canalizado, de forma a refletir boas práticas regulatórias, inclusive no tocante aos consumidores livres, de acordo com diretrizes estabelecidas pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

As outras seis medidas dizem respeito à redução dos incentivos tributários, redução de benefícios no funcionalismo público, adoção de teto de gastos, eliminação de vinculação de receitas, implementação de mecanismos

de gestão financeira e contratação de serviços de saneamento básico de acordo com o modelo de concessões.

O PEF é um dos instrumentos utilizados pelo Governo Federal na promoção do Novo Mercado de Gás e busca estimular a concorrência no setor de gás por meio de regras de âmbito nacional para o mercado livre, em linha com o defendido pela Abraceel nos últimos anos.

Bastante aguardado pelo setor, o texto espera despacho do presidente da Câmara e precisa de maioria simples para ser aprovado no Congresso Nacional. **A integra do PLP 149/2019 está disponível na área restrita do associado.**

PL 6407/2013: Reforma do Setor de Gás

2013

Deputado Mendes Thame apresenta o PL 6407/2013
Deputado Arnaldo Jardim é designado relator



Tramitação sem atualizações

2016

Deputado Marcus Vicente é designado relator
MME lança o “Gás para Crescer”: mais de 150 participantes

2017

Abril: Apresentação do Relatório nº1 e nº2 do deputado Marcus Vicente

Maior: Apresentação do Relatório nº3 do deputado Marcus Vicente

Agosto: Audiência Pública: MME, ANP, Petrobras, Fórum do Gás, UFRJ e IBP para debater o relatório nº3

Novembro: Apresentação do Relatório nº4 do deputado Marcus Vicente

Dezembro: Apresentação de complementação de voto e discussão do texto



Não conseguiu ser deliberado na Comissão de Minas e Energia

2018

Deputado Marcelo Squassoni é designado novo relator
Apresentação do Relatório nº1 do deputado Marcelo Squassoni



Não conseguiu ser deliberado na Comissão de Minas e Energia

2019

Deputado Jhonatan de Jesus é designado relator
MME anuncia “Novo Mercado de Gás”
Abraceel participa de Audiência Pública, em 22 de maio, para discutir PL

Por que o Projeto de Lei do Gás não avançou?



Falta de interesse

Até 2016, não havia interesse do governo na abertura do mercado de gás, que também enfrentava resistência de algumas distribuidoras e governos estaduais



Pressões monopolísticas

A partir das discussões do Gás para Crescer, e da mudança de postura do Governo, o setor chegou a um consenso em torno do Substitutivo do Dep. Marcus Vicente de 06.12.2017, com exceção das distribuidoras de gás, que saíram das discussões e se opuseram às mudanças.



Propostas contrárias aos interesses do país

Em 2018, houve retrocesso nas negociações com a apresentação de novo substitutivo que trazia propostas contrárias ao que foi discutido no Gás para Crescer e que não atendiam aos interesses do país:

- Não viabilizava a abertura do mercado no consumo (abertura em tudo, exceto distribuição)
- Trazia privilégios sem sentido para o mercado das distribuidoras (ex: hospital que escolhesse livremente seu fornecedor não teria prioridade em eventual contingência de gás)
- Escolhia vencedores na destinação dos recursos da saúde e educação (privilegiava projeto de gasodutos mais antigos em detrimento dos mais econômicos)

O que precisa ser feito?

Aprovar propostas de consenso que foram amplamente discutidas no setor, com destaque para:

- Acesso transparente e não discriminatório aos gasodutos de escoamento, unidades de processamento e terminais de GNL
- Adoção do Modelo de Entrada-Saída em todo sistema de transporte
- Operação independente e integrada da malha
- Harmonização entre as regulações estadual e federal, por meio de adoção de dispositivos de abrangência nacional

Programa de liberação de gás natural



Curtas

MVE: processamento eletrônico a partir de junho/19

A CCEE informou através do Comunicado nº 350/2019 que implantará o novo sistema computacional para o processamento do MVE, com vigência já para a rodada de junho, que será realizada nos dias **24** e **25.06**. Nesta rodada, serão negociados produtos de 3 e 6 meses, válidos a partir de **01.07**. No comunicado estão detalhados os horários programados para cada etapa, que terão seus resultados divulgados 1h30 após o envio dos lances. Para promover uma adaptação dos usuários para o novo sistema do MVE, a CCEE realizará uma simulação de negociações no dia 14.06. A partir do dia 07.06, a CCEE irá disponibilizar vídeo de capacitação específico sobre o MVE, disponível no Portal de Aprendizado. O processamento eletrônico vinha sendo pleiteado pela Abraceel desde o início do ano e é um importante aperfeiçoamento no MVE, em linha com o definido no Planejamento Estratégico da Associação.

Proposta de Leilão de Lastro e Energia

Na quarta-feira, **05.06**, a Diretoria Executiva da Abraceel se reuniu com o novo sócio da Thymos Energia, Alexandre Viana, ex-SPIC, para solicitar uma proposta de leilão com separação lastro e energia. A Abraceel também aguarda o envio de propostas da PSR e da RegEConsultoria.

CPAMP divulga atas de reuniões

A CPAMP divulgou no site do MME as atas das reuniões de **25.02** e **15.04** desse ano. Seguem abaixo as principais considerações:

- **VMOP**: sugerem a adoção de níveis mínimos constantes, aplicados a todos os meses do horizonte de planejamento do Newave, tanto na operação como na formação de preço. Irão avaliar o uso nos estudos de planejamento e cálculo de garantia física. Também avaliarão eventuais impactos comerciais decorrentes da sua adoção e irão elaborar relatório de conclusão da CP nº 64.

- **DESSEM**: aprovaram a utilização da previsão de carga da programação diária até a conclusão do modelo que está sendo desenvolvido pelo Cepel, que será utilizado após validação, sem prazo definido para conclusão. Cepel está trabalhando para minimizar o tempo de processamento em função do mau condicionamento do solver de Programação Inteira. Além disso, CCEE entende que neste momento não é viável utilizar-se preço semi-horário.

- **Representação Hidrológica**: resultados indicam que não seria adequado alterar o histórico da MLT (1931-atual). Recomendação de P&D específico para estudar relação entre variações climáticas e séries de vazão.

- **Variabilidade amostral**: sugerem a alteração do representante dos agrupamentos dos ruídos do processo de geração de cenários para o modelo Decomp, de forma a considerar o centroide,



Curtas

ao invés do ruído mais próximo ao centroide. Também sugerem a consideração de metodologia de reamostragem dos cenários forward, a revisão do critério de parada e reavaliação do número de cenários forward/backward.

- **Volatilidade CMO:** sugerem a implementação da correlação espacial mensal de ENAs, em substituição à anual, a partir de janeiro de 2020. Apesar dos resultados não sugerirem a redução da volatilidade do CMO, tal metodologia apresenta um avanço no modelo.

- **Nova calibração parâmetros CVaR:** abertura de consulta pública, considerando todos os avanços propostos pelo GT Metodologia para entrada em janeiro de 2020. Sugestão de que os avanços metodológicos já estejam validados nas Forças-tarefas antes da abertura da consulta pública.

As atas estão disponíveis na área restrita do associado.

Ceará altera prazo para recolhimento do

ICMS

No dia **10.05**, foi publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará o Decreto nº 33.058/2019, o qual estipula que nas operações interestaduais com energia elétrica realizadas no ambiente de contratação livre e destinadas a consumidores sediados no Estado, o ICMS devido por substituição poderá ser

recolhido até o 20º dia útil do mês subsequente ao do consumo - antes poderia ser recolhido até o 10º dia útil subsequente ao do consumo.

CCEE aprova parcelamento de débitos da Amazonas Energia

O Conselho de Administração da CCEE deliberou em **04.06** sobre o pedido de parcelamento dos débitos no MCP da Amazonas Distribuidora de Energia. Os conselheiros decidiram acatar parcialmente o pedido, condicionando sua aceitação, contudo, à celebração de acordo e confissão de dívida, com as seguintes condições: (i) parcelamento limitado a 12 parcelas, e (ii) atualização monetária pelo IGP-M e juros de 1% ao mês sobre o saldo devedor atualizado. Eventual descumprimento de obrigação pela Amazonas Energia implicará a antecipação de vencimento das demais parcelas e cobrança integral da dívida, bem como início do processo de desligamento.

Consumidores especiais acima de 2,5 MW já podem solicitar modelagem como consumidor livre para julho

A CCEE informou pelo Comunicado nº 346/19 que estão disponíveis no SigaCCEE os novos perfis de consumidores livres para as unidades consumidoras especiais com demanda acima de 2,5 MW. Desde o dia **31.05**, os agentes podem realizar a solicitação de modelagem, para julho de 2019, alterando a condição de especial para livre das unidades consumidoras que se enquadram nas mudanças da Porta-



Curtas

ria nº 514. A CCEE criou um novo perfil com referência à classe e Portaria (CL 514). Após a efetivação da alteração de modelagem, os agentes devem adequar seus contratos, para garantir o lastro e desconto adequados.

Férias Abraceel

De acordo com a programação de férias da Abraceel, Yasmin Martins estará de férias no período de **10.06** a **19.06**. Alexandre Lopes retornará as atividades no dia **11.06**.

6º Fórum de Geração Termelétrica

O Fórum de Geração Termelétrica é um evento de cúpula do setor de geração de energia que provê ao mercado as Perspectivas para empreendimentos termelétricos frente ao contexto atual brasileiro, provendo as diretrizes governamentais com impactos na gestão setorial e analisa os desafios regulatórios no planejamento e expansão da geração térmica, o impacto das novas discussões da Lei do Gás e do desenvolvimento do mercado de GNL no suprimento Energético e Custo da Energia. Mais informações e inscrições em: (11) 3266-3591

Gestão Tributária em Energia e Direito Empresarial em Energia - 5ª edição

O encontro, realizado nos dias **12** e **13.08** em São paulo, sobre os aspectos tributários do setor de energia elétrica, cobre todas as tratativas possíveis para ICMS, PIS COFINS na

cadeia de Geração, Transmissão e Distribuição de energia, além de abordar os desafios para a autoprodução, venda de excedentes e comercialização de energia sob o aspecto fiscal e tributário cumulativo dos impostos. Já o Fórum de Direito Empresarial em Energia, complementa o encontro sob a ótica jurídica das mudanças regulatórias da cadeia elétrica em seu contexto legal, societário e contratual e judicial. **Mais informações em <http://direitoenergia.blueoceanevents.com.br/> e inscrições em atendimento@blueoceanevents.com.br**

Balancete Abraceel - Abril

Disponível na área restrita do site o balancete da associação referente ao mês de abril de 2019.

Audiência Pública sobre geração distribuída

A Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para debater a geração distribuída de energia fotovoltaica no dia **04.06**. Como expositores, Ricardo Cyrino (MME), Cláudio Carvalho (Aneel), André Theobald (Energisa) e Inácio Azevedo da Silva (Dirigente Sindical do Sindicato dos Urbanitários do Setor Elétrico - SINDUR). A tônica dos trabalhos foi a reclamação contra o elevado valor das tarifas. Na sua apresentação, Cyrino argumentou que uma das razões das altas tarifas de energia é o risco hidrológico e que uma das bandeiras do MME é a cor-



Curtas

reta alocação correta de custos e riscos, fazendo menção aos projetos de reforma setorial que tramitam no Legislativo (PL 1917/2015 e ao PLS 232/2016). **As apresentações realizadas na audiência estão disponíveis na área restrita e o vídeo completo pode ser acessado em: <https://bit.ly/2KtMeoi>.**

Pesquisa MME: Desburocratização e Melhoria de Processos

O Ministério de Minas e Energia, no escopo do GT Modernização do Setor Elétrico, elaborou pesquisa de opinião a respeito dos principais gargalos inerentes aos processos de leilões, outorgas, REIDI, projetos prioritários e outros. A pesquisa busca subsidiar a atuação do grupo ministerial que trata da “Desburocratização e Melhoria de Processos”, que tem como objetivo aprimorar processos, atividades e competências, tornando-os mais eficientes, reduzindo prazos e custos. A pesquisa, que pode ser respondida por qualquer agente, tem prazo de resposta até a próxima terça-feira, **11.06**, e está disponível no link a seguir: <https://forms.gle/mHAscra1pXHbzjo8>. **Com vistas a subsidiar a resposta da Abraceel, o associado pode mandar sugestões ao GT até a próxima segunda-feira, 10.06, por meio do gt@abraceel.com.br.**

Fórum PE Energia aconteceu nesta sexta-feira, no Recife

O 3º Fórum Pernambuco Energia, organizado pelo Fórum Energia PE e Kroma Energia, ocorreu hoje, **07.06**, reunindo grandes players nacionais para discutir o mercado energético em Pernambuco e no País, sob o tema principal “Novo Mercado de Gás Natural”. Entre os palestrantes o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do MME, Reive Barros dos Santos, que falou sobre o “Novo Mercado de Gás Natural”, e Eduardo Antonello, CEO global da Golar Power, que abordou “O Mercado Livre de Gás Natural”.



>> PRÓXIMA SEMANA

11.06 - terça-feira: Bernardo Sicsú participa do 3º Fórum Brasileiro do Gás Natural, organizado pela Aspacer, às 8h em São Paulo;

A diretoria da Aneel, em reunião ordinária irá discutir sobre: (3) Requerimento Administrativo interposto pela Amazonas Energia S.A. com vistas à participação dos Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova – MCSD EN no ano de 2019;

Reginaldo Medeiros participa de reunião do Conselho de Assuntos Legislativos da CNI, às 11h, na sede da CNI, em Brasília;

12.06 - quarta-feira: Call do Grupo Técnico para discutir a metodologia dos limites do PLD, às 11h;

Diretoria Executiva se reúne com o deputado Vavá Martins (PRB/PA) para discutir o mercado livre de energia, às 12h, em Brasília;

Diretoria executiva se reúne com Júlio Ferraz da SRM/Aneel para discutir preço horário e segurança de mercado, às 14h30, na sede da Aneel, em Brasília;

Diretoria de Relações Institucionais se reúne com a deputada Iracema Portella (PP/PI) para discutir venda de excedentes de mini e micro geração distribuída, às 16h, na Câmara dos Deputados, em Brasília;

13.06 - quinta-feira: Reunião Presencial do Conselho, na sede da Energisa, às 12h, no Rio de Janeiro;

Jantar com o diretor-geral da Aneel, André Peditone, às 19h30, no Rio de Janeiro.



Agenda do Conselho:

13.06: Reunião Presencial do Conselho, na sede da Energisa, às 12h, no Rio de Janeiro, precedida de almoço;

Jantar com o diretor-geral da Aneel, André Peditone, às 19h30, no Rio de Janeiro;

19.06: Reunião com o Ministro Bento Albuquerque, às 17h, no Rio de Janeiro;

26.06: Reunião do Grupo Técnico, 9h, na BC Energia, em Goiânia.